



## Senado aprova regra mais rígida para doação de órgão entre vivos

Waldemir Barreto/Senado Federal



Senadores se reúnem no Plenário para discutir e votar o projeto que muda regra para a doação de órgão feita por pessoa viva; texto vai para a Câmara

Projeto aprovado no Plenário visa garantir que doador de órgão para transplante agiu de forma voluntária, e não coagido

**T**exto diz que juiz, antes de autorizar doação de órgão feita por pessoa viva, poderá pedir audiência para esclarecer se o doador agiu voluntariamente — e não sob pressão ou em troca de dinheiro —, indicar perito para analisar o caso e ouvir o Ministério Público. Objetivo é evitar tráfico de órgãos. Projeto agora vai para a Câmara. **5**

José Cruz/Senado Federal



Votação foi acompanhada por profissionais de saúde em meio a debate sobre reserva de mercado

José Cruz/Senado Federal



Eunício Oliveira (*sentado*) presidiu a sessão em que foi aprovado o relatório de Valadares (D)

### Projeto sobre ações exclusivas de médicos passa na CCJ

Profissionais de saúde lotaram a sala em que foi votado o Ato Médico, que define o campo legal de atuação na medicina. A matéria

tramita há dez anos no Congresso e ainda precisa passar por outras duas comissões do Senado antes da votação final em Plenário. **4**

**Proposta de reforma administrativa deve ser apreciada no final do mês **3****

**Comissão de Constituição e Justiça prioriza PECs dos recursos e do CNJ **3****

Ana Volpé/Senado Federal



Diretor da Secretaria de Comunicação, Fernando Cesar Mesquita (E), apresenta a exposição a Marta Suplicy e Eduardo Braga

**Congresso instala CPI sobre violência contra a mulher **5****

**Plenário acata nome de Ricardo Ruiz para conselho do Cade **6****

**Senado expõe as cem imagens mais marcantes de 2011 **2****



As opiniões divergem em relação ao direito de greve para o servidor público, mas se aproximam quando se trata de apontar razões para a crise na segurança pública: faltam investimentos

# Senado discute saída para greve dos policiais da Bahia

EM BUSCA DE solução para a greve dos policiais militares da Bahia, senadores apontaram a necessidade de investimentos na área e de o governo e o Congresso discutirem nova política nacional de segurança pública. Para Eduardo Braga (PMDB-AM), é fundamental que a União aumente os recursos para o setor. Quanto à greve, o senador defendeu limites para categorias como as de policiais, médicos e magistrados.

— Existem funções em que a greve precisa ser sob condições. Imagine o que significa uma greve na magistratura. Imagine o que significa uma greve no sistema de urgência e emergência dos hospitais — disse.

Já Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) registrou sua



Eduardo Braga: algumas categorias devem ter direito de greve limitado

solidariedade aos grevistas, dizendo que o governo federal tem parcela de culpa no episódio, por não ter aplicado os recursos do Orçamento de 2011 previstos para a segurança pública.

Só no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) o gover-



Randolfe Rodrigues diz que Pronasci recebeu apenas metade das verbas

no deixou de investir cerca de 50% do total de R\$ 2,2 bilhões previstos, informou o senador.

— A mediação que precisa haver neste caso é o reconhecimento por parte dos governos de que há um fracasso no investimento de segurança pública no Brasil — afirmou Randolfe.

## Sérgio Souza cobra ação para defender brasileiros no Paraguai



Sérgio Souza (PMDB-PR) defendeu a criação de comissão externa para ir ao Paraguai verificar a situação dos agricultores brasileiros que cultivam terras no país vizinho e vêm sendo hostilizados por camponeses nativos.

O senador informou que requerimento com esse objetivo será votado hoje na Comissão de Relações Exteriores (CRE). Ele disse que o Itamaraty recebeu e-mail do presidente do Paraguai, Fernando Lugo, relatando a situação. Para o parlamentar, o fato de ser ano de eleição no Paraguai pode tornar a situação mais crítica, já que a questão pode ser explorada politicamente.

## Paim anuncia audiência sobre desocupação do Pinheirinho

Paulo Paim (PT-RS) anunciou a realização de audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre a desocupação do Pinheirinho, bairro paulista que era habitado por 6.000 pessoas.

Manifesto do Sindicato dos Advogados do Estado de São Paulo, lido por Paim, diz que a operação policial interrompeu bruscamente negociações entre moradores, parlamentares, governo do estado e governo federal.

Paim disse ainda que foi feito acordo com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Eunício Oliveira (PMDB-CE), para discutir o PLS 83/07, que regulamenta o direito de greve dos servidores públicos.



## Exposição 100 Fotos de 2011: o poder da imagem

O Senado inaugurou a exposição *100 Fotos de 2011*, com registros das votações, manifestações e momentos relevantes da Casa. Coordenada pela Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs), a exposição foi montada a partir de um acervo de quase 290 mil fotos produzidas pelos repórteres fotográficos do Senado, que fazem, em mé-

dia, 1.400 registros por dia. A mostra pode ser conferida até o dia 24 na Senado Galeria, no corredor de acesso ao Anexo I.

— Essas fotos vão dizer para as gerações futuras muito mais do que poderíamos explicar — disse a 1ª vice-presidente do Senado, Marta Suplicy (PT-SP), que destacou fotos como a do senador Itamar Franco, morto em julho passado.

O diretor da Secs, Fernando Cesar Mesquita, salientou o caráter histórico da cobertura.

— A exposição mostra os momentos de tensão, de alegria, de reflexão, que acontecem aqui e quisemos revelar para a sociedade — afirmou.

De acordo com a coordenadora de Fotografia da Secs, Paula Cinquetti, as fotos escolhidas, além do valor estético, têm um caráter plural, sem privilegiar um grupo político em detrimento de outro, e consolida a valorização da fotografia pelo Senado.

— A ideia é mostrar a fotografia como um meio de comunicação — disse.

O senador Eduardo Braga (PMDB-AM), a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, a secretária-geral da Mesa, Cláudia Lyra, estiveram no evento.



Ao lado de diretores da Casa, Marta Suplicy e Eduardo Braga inauguram mostra

## Correção

Ao contrário do que foi informado na edição de ontem do *Jornal do Senado*, a instalação da Subcomissão Temporária de Aviação Civil está marcada para hoje.

Vinculada à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), a subcomissão terá 12 meses para formular sugestões para os problemas enfrentados pelo setor no país.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Aplicação de recursos do FGTS

14h Sessão deliberativa analisa requerimentos, como o que solicita tramitação conjunta dos projetos de lei do Senado 301/08 e 580/11, por regularem matéria correlata: ambos tratam da aplicação de recursos do FGTS.

### Presidência Secretários de Segurança

11h30 O senador José Sarney recebe o presidente do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública, Wantuir Francisco Brasil Jacini, acompanhado dos secretários de Segurança Pública de vários estados e do DF; às 12h, o presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, José Tadeu da Silva; às 16h, comanda a ordem do dia; e, às 19h, participa de lançamento do livro *Acordo Brasil-Santa Sé Comentado*.

### CI Aviação Civil e voltagem de eletrodomésticos

8h30 Reunião de instalação da Subcomissão Temporária de Aviação Civil, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Serão eleitos o presidente e vice-presidente do colegiado. Em seguida, a CI examina, entre outros itens, projeto que altera a legislação para tornar obrigatório que todos os equipamentos elétricos e eletrônicos de baixa tensão para uso doméstico comercializados sejam bivolt.

### CPI do Tráfico de Pessoas Agendamento de diligências

9h Os senadores da comissão parlamentar de inquérito que investiga o tráfico de pessoas se reúnem para examinar requerimentos e agendar as próximas diligências.

### Mercosul Brasileiros no Paraguai

9h A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul se reúne para exame de requerimentos. Um deles solicita audiência pública para ouvir o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, sobre a situação dos brasileiros em território paraguaio.

### CRE Prouni para estudantes estrangeiros

10h Na pauta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, projeto modificando a lei que criou o Prouni, para permitir que estudantes estrangeiros sejam beneficiados pelo programa. Também em exame indicação de embaixador para a Costa do Marfim. Em audiência pública, o secretário-geral de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, presta informações sobre os preparativos para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e mostra resultados da 17ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-17).

### Nordeste Eleição de vice-presidente

14h Eleição do vice-presidente da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste, que integra a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Na segunda parte da reunião, será definido o cronograma das visitas técnicas a serem realizadas este ano.

### Lançamento Livro Acordo Brasil-Santa Sé

19h O livro *Acordo Brasil-Santa Sé Comentado*, obra coletiva coordenada por dom Lorenzo Baldisseri e por Ives Gandra da Silva, será lançado no Salão Nobre do Senado.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões  
**Plenário:** [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)  
**Comissões:** [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

## TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Relações Exteriores (CRE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.





Benedito pede tempo para analisar novas emendas propostas ao texto na CCJ

## Votação de projeto da reforma administrativa da Casa é adiada

O relator do projeto da reforma administrativa do Senado, Benedito de Lira (PP-AL), pediu ontem, na CCJ, a retirada da matéria da pauta. O senador disse que precisa de tempo para analisar cerca de 20 novas emendas propostas durante o recesso ao texto do substitutivo apresentado por ele, em dezembro, à comissão.

O presidente do colegiado, Eunício Oliveira, se comprometeu, junto com o relator, com a apreciação da proposta até o fim deste mês. Benedito disse que pretende dialogar com os autores das emendas “e ir para o voto de forma consensual, sem disputas”.

— Temos que pensar mais na estrutura da instituição e menos em interesses pessoais ou das categorias — disse.

Análise preliminar indicou que as emendas podem gerar aumento de despesa da ordem de R\$ 30 milhões ao ano. Se acatadas, poderia se perder parte da economia de R\$ 150 milhões ao ano estimada no substitutivo já apresentado por ele e que é a terceira versão do projeto na CCJ. A proposta é de iniciativa da Mesa (que dará a palavra final), e o texto original resultou de estudo encomendado à Fundação Getúlio Vargas (FGV), com contribuições.

## Benedito chama a atenção para temas prioritários de 2012

Em Plenário, Benedito de Lira elencou temas e projetos que considera prioritários e pediu empenho dos parlamentares em votar as propostas mais relevantes neste semestre, antes da proximidade das eleições municipais.

O senador pediu atenção ao projeto do novo Código Florestal; às reformas dos códigos Penal e de Defesa do Consu-

midor; à Lei Geral da Copa; à PEC do CNJ; à proposta de previdência complementar dos servidores públicos; ao projeto que transforma concussão e corrupção em crimes hediondos; ao Estatuto da Juventude; ao Ato Médico; à redistribuição dos *royalties* do petróleo; e ao projeto sobre alíquotas de ICMS em operações interestaduais.

## Mozarildo cobra marco regulatório para atuação de ONGs

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) voltou a defender a aprovação de marco regulatório para contratos de organizações não governamentais (ONGs) com o poder público.

O senador, que foi presidente da primeira CPI que tratou do tema, em 2003, ponderou que, se houvesse regras, as irregularidades atuais poderiam ter sido evitadas.

Mozarildo citou reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* revelando que o governo cancelou 181 convênios firmados entre ONGs e ministérios. De acordo com o jornal, outros 305 foram considerados “com restrição” pelo governo e ainda podem ser cancelados.

Segundo o senador, a CPI apresentou projeto que regu-



Senador diz que há pelo menos três dezenas de projetos sobre o tema

lamenta a atuação das ONGs (PL 3.877/04), mas que está parado na Câmara há oito anos. Ele destacou notícias de que o governo também vai propor regulamentação para o terceiro setor, no qual atuam as ONGs. Afirmou, porém, que os problemas não se devem a falta de propostas, “pois há pelo menos três dezenas de projetos sobre o tema esperando votação”.

Eunício, presidente da CCJ, disse que as duas propostas entrarão na pauta após Carnaval; a primeira acelera decisões judiciais finais e a segunda regulamenta alcance do Conselho Nacional de Justiça

# PECs dos Recursos e do CNJ ganham prioridade

O PRESIDENTE DA Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Eunício Oliveira (PMDB-CE), disse que neste ano dará prioridade a duas propostas de emenda à Constituição: a PEC dos Recursos (15/11) e a PEC do Conselho Nacional de Justiça (97/11).

Após apelos de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Demóstenes Torres (DEM-GO), respectivamente, as matérias deverão entrar em pauta logo depois do Carnaval.

Aloysio, relator da PEC dos Recursos, que é de autoria de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), disse que a proposta dá maior eficácia às decisões dos

tribunais regionais e barra a apresentação de sucessivos recursos, que retardam a decisão final sobre os processos.

— Essa PEC visa dar a esses tribunais maior poder de dirimir conflitos resultantes da aplicação da lei, determinando que a coisa julgada ocorra após intervenção do segundo grau de jurisdição — explicou.

O presidente da CCJ marcou para o próximo dia 28 audiência pública para orientar a votação da PEC do Conselho Nacional de Justiça, que regulamenta as atribuições do CNJ. Requerimentos apresentados por Demóstenes e Vital do Rêgo (PMDB-PB) solicitam

a presença da ministra do Superior Tribunal de Justiça e corregedora nacional de Justiça Eliana Calmon, que abriu polêmica com a Associação dos Magistrados Brasileiros ao determinar a investigação da movimentação bancária de juízes e servidores do Judiciário.

Em 1º de fevereiro, ao julgar ação direta de inconstitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal manifestou-se a favor da manutenção da competência do CNJ, prevista em resolução do conselho, para iniciar investigação contra juízes sem necessidade de apuração prévia das corregedorias dos tribunais.



Eunício Oliveira preside reunião da CCJ: senador disse que duas PECs entrarão na pauta da comissão após o Carnaval

## Em 2011, comissão analisou 324 projetos

Antes de colocar projetos em votação na CCJ, Eunício Oliveira apresentou balanço das ações da comissão no ano passado. Segundo informou, o colegiado realizou 67 reuniões em 2011 e votou 324 proposições, entre as quais a reforma política, a PEC das MPs, a reforma do Código Florestal, a Política Nacional de Mobilidade Urbana e a aplicação de recursos das multas de trânsito em campanhas educativas no setor. Foram feitas 36 sabinas de autoridades.

— Todo esse êxito me dá plena certeza de que nós,

membros da CCJ, saberemos mais uma vez enfrentar e vencer juntos os desafios que este ano nos reserva, começando por matérias importantes e que ficaram pendentes em 2011: o Ato Médico, o Estatuto da Juventude e a reforma administrativa do Senado — declarou Eunício.

O senador manifestou orgulho de presidir a CCJ e fez questão de elogiar individualmente os demais membros da comissão. Vários senadores aproveitaram suas intervenções para destacar o papel de Eunício no comando dos trabalhos ao longo de 2011.

— Vossa Excelência, mais do que o presidente que exerce as suas funções regimentais com grande competência e exaço, demonstra no exercício da presidência as qualidades de líder que todos reconhecemos — disse Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Alvaro Dias (PSDB-PR) ressaltou a forma democrática com que Eunício conduziu a comissão. Para Vital do Rêgo (PMDB-PB), o reconhecimento, inclusive de parlamentares da oposição, acrescenta ao “brilhante e longínquo currículo político” do colega de partido.

## PEC que abre sigilo de parlamentar volta a tramitar

A CCJ decidiu, ontem, que volta a ter tramitação autônoma a proposta de emenda à Constituição (PEC 8/08) que dá à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal livre acesso aos sigilos fiscal, bancário e telefônico de parlamentares investigados por quebra de decoro. A proposta, que tramitava com outras oito PECs, foi de Armandinho Monteiro (PTB-PE).

A diversidade de temas levou o senador a propor andamento

autônomo de seis das PECs e a a tramitação conjunta apenas das PECs 62/07, 63/07 e 71/07, que tratam do desempenho das agências reguladoras.

Assim como a PEC 8/08, voltam a tramitar isoladamente a PEC 9/07, que submete a indicação de chefes de missões diplomáticas de caráter transitório à aprovação do Senado; a PEC 77/07, que permite ao Senado exonerar agentes públicos aprovados pela institui-

ção e que estejam envolvidos em desvios administrativos; a PEC 9/08, que prevê a criação de comissão permanente pela Câmara e pelo Senado para condução de inquéritos parlamentares; a PEC 11/08, que elimina a atribuição do Senado de suspender a execução de lei declarada inconstitucional pelo Supremo; e a PEC 12/08, que dá ao Senado o poder de fixar limites à carga tributária da União, de estados e municípios.



Debate sobre atividades privativas dos médicos já completa dez anos no Congresso. Ainda falta aprovação em duas comissões do Senado antes da votação final em Plenário

# Comissão de Constituição e Justiça aprova o projeto do Ato Médico

COM A SALA lotada por integrantes de entidades que representam profissionais da saúde, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem o projeto do Ato Médico, sobre o exercício da medicina.

Os senadores acolheram relatório de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que modificou o substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados. O texto precisa ainda passar pelas comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS) antes de seguir para votação em Plenário.

Os dez anos de tramitação do projeto no Congresso reve-

lam a dimensão das disputas sobre atividades privativas dos médicos. De um lado, o Ato Médico pode pôr fim a uma antiga reivindicação da categoria, com a delimitação legal de seu campo de atuação. De outro, os demais profissionais da saúde temem que o texto, se transformado em lei, esvazie suas funções e resulte na reserva de mercado para os médicos.

Apresentado pelo então senador Benício Sampaio, em 2002, o projeto já saiu do Senado, em 2006, na forma de substitutivo da relatora na CAS, Lúcia Vânia (PSDB-

GO). Enviado à Câmara, foi novamente modificado e voltou ao Senado como novo substitutivo, em outubro de 2009, quando passou então a tramitar na CCJ.

Para chegar à aprovação na comissão, Valadares rejeitou algumas modificações polêmicas feitas pelos deputados e resgatou medidas contidas no substitutivo de Lúcia Vânia. O relator, por exemplo, manteve como privativa dos médicos a “formulação de diagnóstico nosológico” para determinar a doença, mas retirou essa exclusividade para diagnósticos funcional, psicológico e

nutricional, além de avaliação comportamental, sensorial, de capacidade mental e cognitiva.

Valadares também rejeitou mudança da Câmara que limitava aos médicos a emissão dos diagnósticos de anatomia patológica e de citopatologia, que visam identificar doenças pelo estudo de parte de órgão ou tecido. Para os biomédicos e farmacêuticos, a emenda dos deputados restringiria sua liberdade de atuação.

O relator retirou o dispositivo, mas manteve como tarefa restrita aos médicos a emissão de laudos desse tipo de diagnósticos.

Para Aloysio, propostas desse tipo são movidas por corporativismo

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) votou contra o projeto do Ato Médico. Para o senador, a regulamentação de diversas profissões é movida pelo corporativismo e leva “à divisão da vida social em compartimentos estanques”.

A proposta também recebeu voto contrário de Demóstenes Torres (DEM-GO). Ele disse que a regulamentação de qualquer profissão “mutila a CLT” [Consolidação das Leis do Trabalho]. Para o senador, uma futura lei do Ato Médico resultará em prejuízo para os médicos.

Antonio Carlos Valadares rejeitou emenda de Luiz Henrique (PMDB-SC) que propunha a fusão do parágrafo que exclui o exercício da odontologia das regras previstas no Ato Médico com o parágrafo que resguarda a competência de outras 12 categorias da saúde. Luiz Henrique anunciou que reapresentará essa sugestão na Comissão de Educação.

## Modificações

Marta Suplicy (PT-SP) adiantou que pretende propor modificações na CAS. Mesmo divergindo pontualmente do relator, Luiz Henrique e Marta votaram pela aprovação do projeto.

De acordo com Lúcia Vânia, o texto apresentado por Valadares não é “o ideal, mas o possível”. A parlamentar lembrou as inúmeras audiências públicas realizadas na primeira fase de tramitação no Senado, de 2002 a 2006, em busca de acordo entre as categorias.

O empenho dos relatores foi destacado pelos senadores Vital do Rêgo (PMDB-PB), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Romero Jucá (PMDB-RR), Waldemir Moka (PMDB-MS), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Jorge Viana (PT-AC), Paulo Davim (PV-RN) e Wellington Dias (PT-PI).



Relatório de Antonio Carlos Valadares (E) modificou substitutivo da Câmara e foi aprovado com apoio de Mozarildo Cavalcanti (ao lado) e outros senadores

## Exclusividade na chefia de serviços gera polêmica

Outra polêmica sobre o projeto se refere à determinação de que apenas médicos ocupem cargos de direção e chefia de serviços de saúde, ficando aberta a outros profissionais apenas a direção administrativa.

As demais categorias argumentam que o atendimento é feito por equipe multidisciplinar, não havendo justificativa para a exclusividade.

Algumas emendas da Câmara dos Deputados foram mantidas por Antonio Carlos

Valadares em seu relatório. É o caso da que trata de assistência ventilatória mecânica — intubação do paciente acoplada a equipamento que bombeia ar aos pulmões.

O texto aprovado em 2006 no Senado previa como exclusiva dos médicos a “definição da estratégia ventilatória inicial” e a “supervisão do programa de interrupção da ventilação”. A norma foi questionada por fisioterapeutas, que também atendem pacientes com dificuldade respiratória.

Conforme emenda da Câmara acolhida por Valadares, caberá exclusivamente aos médicos a “coordenação da estratégia ventilatória inicial e do programa de interrupção da ventilação mecânica”.

O projeto também prevê como atribuição exclusiva de médicos a indicação e a execução de “procedimentos invasivos, sejam diagnósticos, terapêuticos ou estéticos”, que incluem, entre outros, “invasão da pele atingindo o tecido subcutâneo para injeção”.

A norma motivou reação de acupunturistas e tatuadores, que temem restrição por conta da interpretação de conceito de procedimento invasivo.

Valadares manteve a norma, mas retirou da lista de atribuições exclusivas dos médicos a “aplicação de injeções subcutâneas, intradérmicas, intramusculares e intravenosas”, apesar de a recomendação de medicamentos a serem aplicados por injeção continuar sendo prerrogativa médica.

## Comissões debatem saúde da mama e próteses de silicone

A saúde da mama e os problemas causados pela prótese de silicone das marcas Rofil, da Holanda, e Poly Implant Prothese (PIP), da França, serão tema de audiência pública, na próxima terça-feira, das comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A iniciativa foi de Vanessa

Graziotin (PCdoB-AM), e o tema das próteses de silicone foi sugerido por Ana Amélia (PP-RS).

Deverão participar o presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Barbano, e representantes da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, da Associação Brasileira de Medicina de Grupo, da

Sociedade Brasileira de Mastologia e da Associação de Vítimas da PIP.

Por sugestão de Vanessa, serão convidados o vice-presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, Luciano Chaves, e representantes do Ministério da Saúde, do Conselho Federal de Medicina, da Federação Brasileira de Instituições

Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama e da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.

### Estrangeiros

Outra audiência aprovada ontem pela CAS foi proposta por Ana Amélia, que pretende discutir com o Ministério do Trabalho e Emprego e as

centrais sindicais o impacto da entrada de profissionais estrangeiros no Brasil.

A senadora citou o caso dos haitianos que ingressam no país em busca de oportunidades e são acolhidos na construção civil. Segundo a parlamentar, tem sido autorizada também a entrada de estrangeiros para exercer atividades especializadas.



## Instalada CPI para investigar violência contra a mulher

A violência contra a mulher no Brasil resultou na instalação, ontem, de comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que vai apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos legais para proteger as mulheres em situação de violência. A CPI terá 180 dias para realizar seu trabalho.

A deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) foi eleita presidente e designou a senadora Ana Rita (PT-ES) para a relatoria.

— A senadora Ana Rita acompanhou toda a construção desta comissão e tem a simplicidade e a solidariedade de fazer com que o relatório seja a expressão de todas as preocupações deste colegiado — assinalou Jô Moraes.

A definição da vice-presidência da comissão foi adiada para que os parlamentares pudessem ir ao Supremo Tribunal Federal, onde seriam analisados aspectos da aplicação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06). A eleição deve ocorrer na próxima reunião da CPI, marcada para o dia 28, quando também deverá ser apresentado plano de trabalho.

A discussão no STF é sobre a possibilidade de o Estado processar o agressor, no caso de crime de lesão corporal praticado contra mulher no ambiente doméstico, ainda que a vítima não represente contra ele. Também está em pauta a aplicabilidade da Lei dos Juizados Especiais aos crimes cometidos no âmbito da Lei Maria da Penha.

Apesar de estar na pauta de julgamentos, o tema dificilmente seria analisado ontem pelos ministros, já que o Supremo daria continuidade ao julgamento relativo às prerrogativas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Além da relatora, são titulares da comissão os seguintes senadores: Marta Suplicy (PT-SP), Lídice da Mata (PSB-BA), Ângela Portela (PT-RR), Ivonete Dantas (PMDB-RN), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Maria do Carmo Alves (DEM-SE) e Armando Monteiro (PTB-PE). Ainda falta a indicação de três senadores: dois do bloco da maioria e um do PSOL.

Também integram a comissão 12 deputados titulares e 24 parlamentares suplentes: 12 representantes de cada Casa legislativa.

Antes de autorizar doação de órgão, segundo o texto aprovado, juiz poderá ouvir Ministério Público, solicitar avaliação de perito e até marcar audiência com as partes; objetivo é evitar tráfico de órgãos



Senadores Roberto Requião, Randolfe Rodrigues, José Sarney, Cyro Miranda e Aloysio Nunes conversam no Plenário

## Senado endurece regra para doação de órgãos

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem o substitutivo ao projeto de lei que disciplina a doação de órgãos feita por pessoas vivas (PLC 84/04).

De autoria do então deputado federal e hoje senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), a proposta trata da autorização judicial exigida para doação de tecidos, órgãos ou partes do corpo vivo, por pessoa que não seja cônjuge ou parente consanguíneo do receptor.

O texto estabelece que, no caso de doação dependente de autorização judicial, o juiz poderá ouvir antes o Ministério Público a respeito.

Além disso, em caso de dúvida, o magistrado poderá nomear um perito para examinar o caso e também marcar audiência para o esclarecimento da questão.

O objetivo é evitar o tráfico de órgãos. O juiz, com todos esses cuidados, terá certeza de que o doador do órgão não

está agindo sob pressão ou em troca de dinheiro.

— O juiz precisa se certificar de que a doação foi espontânea — disse Aloysio.

A lei atual exige apenas que o transplante de órgãos entre pessoas que não tenham relação familiar seja precedida de autorização judicial.

Como foi aprovado na forma de substitutivo, o projeto volta à Câmara, para análise das mudanças por parte dos deputados.



Rose de Freitas (E) e Vanessa Grazziotin (D) ouvem Jô Moraes, presidente da CPI

## Estatuto da Juventude: votação adiada para quarta

Por falta de quórum, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) adiou para a próxima quarta-feira a votação do projeto de lei da Câmara (PLC 98/11) que institui o Estatuto da Juventude. A sugestão foi apresentada por Demóstenes Torres (DEM-GO) devido ao esvaziamento da comissão após a votação do projeto do Ato Médico.

Demóstenes já havia apresentado voto em separado ao Estatuto da Juventude, recomendando a aprovação com 32 emendas. Ele se comprometeu a reunir seus principais pontos em resumo para apresentar na próxima reunião da CCJ.

O relator, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), concordou

com a proposta de Demóstenes, mas manteve seu voto elaborado desde dezembro de 2011, em que recomenda a aprovação do texto da Câmara com sete emendas próprias e mais quatro de nove emendas oferecidas por Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Ontem Randolfe anunciou a rejeição a quatro emendas — duas de Alvaro Dias (PSDB-PR) e duas de Renan Calheiros (PMDB-AL) — e a duas novas subemendas de Aloysio. A razão, segundo ele, é não atrasar mais a votação. Randolfe lembrou ainda que o mérito de parte das emendas rejeitadas deverá voltar a ser discutido na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

## Humberto cobra discussão sobre recursos para a saúde

A discussão sobre novas fontes de financiamento para a saúde no Brasil foi proposta ontem por Humberto Costa (PT-PE) em pronunciamento no Plenário. O parlamentar informou que o presidente do Senado, José Sarney, prometeu instalar, após o Carnaval, comissão especial para discutir o assunto com profissionais, usuários, gestores e demais segmentos ligados à saúde.

Segundo Humberto, é preciso aprofundar o debate sobre

a definição de novas fontes de recursos. Ele revelou que, de cada R\$ 100 gastos hoje com atendimento, R\$ 55 são desembolsados diretamente pela população. Ele acentuou que a parte gasta pelo governo, R\$ 45, não corresponde às necessidades do sistema público universal brasileiro.

— Para garantir a atenção à saúde de 192 milhões de brasileiros, precisamos de dinheiro. De onde virá esse dinheiro?

### Suplicy recita Wando e pede voto de pesar pela morte do cantor



Em pronunciamento, Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou a morte do cantor Wando, aos 66 anos, para quem pediu voto de pesar. “Quando tão louca, me beija na boca, me ama no chão”, disse, recitando a letra de uma das canções mais famosas de Wando. Segundo o senador, ele tinha lugar no “imaginário romântico, erótico e afetivo do povo brasileiro”. Suplicy lamentou ainda a aposentadoria da cantora Rita Lee.

### Aos 32 anos, PT cresce com a força do povo, afirma Ana Rita



Ana Rita (PT-ES) lembrou que o Partido dos Trabalhadores completará 32 anos amanhã. Em pronunciamento, afirmou que, na última década, “o PT provou que é bom de governo” e que o partido é construído pelo “esforço de milhões de brasileiros que se dedicam incansavelmente à luta política e social para construir uma sociedade nova”. Segundo ela, o PT cresceu com a força do povo.



Contribuição sobre fortunas geraria R\$ 10 bilhões ao ano, diz senador

Entre as propostas, estão contribuição sobre grandes fortunas, maior taxa de cigarro e álcool e redefinição dos critérios de distribuição do DPVAT.

### Ivo Cassol critica isenção fiscal a usinas em Rondônia



Ivo Cassol (PP-RO) denunciou a “situação de caos” na administração de Rondônia, que atribuiu à falta de ação do governo. Ele criticou a isenção de R\$ 1 bilhão para hidrelétricas ao mesmo tempo em que o estado pede empréstimo ao BNDES.

— Quando um governo dá isenção, é porque não precisa de dinheiro. Deram R\$ 1 bilhão para gerar emprego nos grandes centros — afirmou.





Senador participou da Festa do Abraço e do Fórum Social Mundial

## Inácio Arruda defende integração sul-americana

Inácio Arruda (PCdoB-CE) defendeu integração solidária e social com os demais países latino-americanos, como forma de eliminar barreiras burocráticas que dificultam a circulação e o entrosamento entre os cidadãos do continente.

Nos dias 7 e 8 de janeiro, o senador participou da Festa do Abraço, realizada por lideranças comunistas em Santiago do Chile, que reuniu mais de 30 mil pessoas.

A integração sul-americana em curso não pode se limitar à economia, disse Inácio, para quem é preciso transpor diversos obstáculos de ordem social. Além do encontro comunista no Chile, o senador também participou do Fórum Social Mundial em Porto Alegre.

## Para senador, juro alto e superávit são antimodernização

As altas taxas de juro do sistema financeiro e o montante destinado à geração de superávits primários para custear o serviço da dívida pública foram apontados ontem pelo senador Inácio Arruda como causas mais relevantes a inviabilizar a modernização da infraestrutura no país.

Para o senador, a falta de recursos no país é tal que mesmo cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte ainda não conseguiram alcançar a universalização do esgoto sanitário.

Professor licenciado da Faculdade de Economia da UFMG, ele integra o Conselho Administrativo de Defesa Econômica desde janeiro de 2010

# Recondução de Ricardo Ruiz ao Cade é aprovada pelo Senado

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a recondução de Ricardo Machado Ruiz para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça. A indicação teve 43 votos favoráveis e 12 contrários.

Ricardo Ruiz, 45 anos, é mestre e doutor em economia e professor licenciado da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Autor de dois livros e dezenas de artigos, ele integra o

Cade desde janeiro de 2010, com mandato encerrado em janeiro deste ano. Por lei, o mandato de conselheiro do Cade tem duração de dois anos, permitida a recondução.

A indicação tinha sido aprovada pela Comissão

de Assuntos Econômicos (CAE). A recondução estava na pauta do colegiado desde dezembro, mas teve a votação adiada para que Ruiz pudesse apresentar documentos sobre sua situação profissional na UFMG.



Para o senador, benefícios criam empregos em outros países

## Armando rejeita incentivos a importados

Armando Monteiro (PTB-PE) criticou a concessão de incentivos ainda oferecidos a produtos importados no Brasil. Para ele, isso estimula a criação de empregos em outros países.

— Há uma fortíssima penetração de produtos importados, que vão subtraindo espaço da produção brasileira, o que significa dizer perda de empregos no setor industrial em nosso país — alertou.

Para ele, a perda de competitividade da indústria nacional se deve, além da valorização do real, a “ineficiências sistêmicas” como carga tributária, custo de capital, burocracia.



Ana Amélia avalia que protecionismo argentino prejudica o Mercosul

## Argentina impõe novas barreiras, diz Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) afirmou que o governo argentino continua impondo barreiras comerciais a produtos brasileiros. Ela citou como exemplo o sistema de declaração antecipada de importações, que entrou em vigor em 1º de janeiro na Argentina.

A senadora explicou que o novo instrumento exige que os exportadores que fornecem bens à Argentina apresentem declaração antecipada de importação, analisada por diferentes organismos daquele país. Cada operação deveria ser validada em três dias, mas, segundo ela, isso não acontece.



Proposta pode fortalecer mercado de reciclagem, acredita o senador

## Paulo Bauer quer desoneração para produto reciclado

Paulo Bauer (PSDB-SC) anunciou apresentação de proposta para estimular a produção e o consumo ecologicamente equilibrados no Brasil: a imunidade de impostos para produtos feitos a partir de material reciclado. Segundo ele, trata-se de tentativa de redução da carga tributária, em contrapartida de avanços na legislação ambiental.

Atualmente, afirmou, há um culto ao descartável e os produtos tornam-se obsoletos rapidamente. Para o senador, a imunidade de impostos pode solidificar “um mercado efetivo de reciclagem”.



Senadora cita pesquisa do IBGE divulgada na última terça-feira

## Vanessa destaca crescimento da indústria nacional

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou os índices de crescimento da indústria apontados por pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgada na terça-feira. Os dados são relativos a 13 estados, além da região Nordeste, e apontam crescimento em nove áreas.

Em seis delas, acrescentou Vanessa, o crescimento foi maior que a média nacional. Ela informou que o Paraná cresceu 7%, o maior índice registrado, e o Amazonas, 4%.

— Se não fosse a crise internacional, certamente teríamos números melhores.

## Anibal Diniz registra mensagem do governo do Acre aos deputados estaduais

Anibal Diniz (PT-AC) registrou ontem, em Plenário, a mensagem encaminhada pelo governador de seu estado, Tião Vianna, à assembleia legislativa no início dos trabalhos de 2012.

A estratégia do governo estadual, segundo Anibal, é



promover o desenvolvimento sustentável, a inclusão econômica e a valorização da cultura.

O senador comemorou ainda as mudanças anunciadas na fórmula da série C do Campeonato Brasileiro, que terá o Rio Branco como representante do Acre.

## Magno Malta critica ministro Gilberto Carvalho por declaração sobre evangélicos

Magno Malta (PR-ES) manifestou “inconformismo e indignação com uma fala infeliz, mal colocada e irresponsável” do ministro Gilberto Carvalho, secretário-geral da Presidência da República.

No Rio Grande do Sul, disse Malta, Carvalho afirmou que



“a oposição virou pó e que a próxima batalha ideológica será com os evangélicos conservadores, que têm uma visão do mundo controlada por pastores de televisão”.

O senador defendeu os evangélicos e disse que ajudou a eleger Lula e Dilma.

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Reportagem:** Cíntia Sasse

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333



## Subcomissão examinará contas do FGTS

Uma subcomissão temporária será criada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para examinar questões relativas às contas e à sustentabilidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A proposta é do senador Cyro Miranda (PSDB-GO) e foi aprovada ontem pela comissão.

Cyro Miranda apontou que o fundo vem perdendo recursos nos últimos anos por falta de correção adequada dos depósitos dos trabalhadores. Só em janeiro de 2012, afirmou, foi R\$ 1,7 bilhão. Isso acontece porque as taxas aplicadas ao FGTS resultam em valores menores comparativamente aos lucros da Caixa — que administra o fundo — com empréstimos dos recursos.

— Quando se pega dinheiro emprestado, gera-se emprego, mas se paga. Quando o trabalhador empresta, deve ser também beneficiado — disse.

No Plenário, o senador voltou a destacar que a rentabilidade real do FGTS ficou negativa nos últimos anos. De 2003 a 2011, perdeu R\$ 92,7 bilhões, não tendo sequer repostado o poder de compra da moeda.



Wellington Dias afirma que há vários projetos de lei sobre o FGTS

## Trabalho vai auxiliar decisões sobre o fundo

Wellington Dias (PT-PI) destacou que tramitam no Congresso diversos projetos de lei que destinam os recursos do FGTS a diferentes objetivos. Na avaliação do senador, a subcomissão vai dar aos parlamentares conhecimento para subsidiar as decisões.

Paulo Paim (PT-RS) acrescentou que, em sua opinião, é importante discutir as taxas de reajuste do FGTS, assim como saber se o destino desses recursos beneficia os trabalhadores. Ele lamentou, por exemplo, a rejeição pela CAS do PLS 158/11, de Eunício Oliveira (PMDB-CE), que visava permitir ao trabalhador utilizar recursos do FGTS para pagar prestações atrasadas da casa própria. A matéria, que tramitava de forma terminativa, foi arquivada.

Projeto acolhido pela Comissão de Assuntos Sociais amplia o universo de beneficiados, hoje limitado a aposentados e pensionistas



Davim, Vanessa, Ana Amélia, Cyro, Paim (autor) e Lindbergh (relator), em reunião da CAS: projeto ainda será examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos

# Comissão aprova isenção de IR para quem tem mais de 65 anos

CONTRIBUENTES A PARTIR dos 65 anos de idade poderão ficar isentos do pagamento do Imposto de Renda sobre rendimentos tributáveis de qualquer espécie até o valor máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) — atualmente fixado em R\$ 3.916,20. Projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS) com esse objetivo foi aprovado ontem, na forma de substitutivo, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa, não precisando passar pelo Plenário.

A legislação atual (Lei 7.713/88) já prevê a isenção

de Imposto de Renda para aposentados e pensionistas com mais de 65 anos, até o teto da Previdência, seja a aposentadoria ou pensão paga pelo Estado ou por entidade de previdência privada. Com o projeto de lei do Senado (PLS 158/10), Paim quer estender a isenção a todos os brasileiros que completarem 65 anos, sejam eles aposentados ou não. Para o autor, a lei deve ser modificada para fazer justiça àqueles que fizeram poupança individual como uma forma de previdência.

“Na verdade, é até uma contradição lógica dar o benefício fiscal a quem já recebe do Estado um benefício previdenciário e não dar esse benefício a quem, por outros

meios, amealhou ao longo da vida os recursos necessários para se manter na velhice e não depender da Previdência ou da assistência social” — argumentou Paim ao justificar a proposta.

### Não cumulativo

Em seu parecer, o senador Lindbergh Farias (PT-RS) concorda com a visão do autor. No entanto, ele modificou o projeto para deixar claro que o benefício proposto não é cumulativo. Assim, se o contribuinte já conta com isenção prevista na tabela do Imposto de Renda, a nova isenção, caso o projeto se torne lei, incidirá apenas sobre a diferença entre a parcela já isenta e o teto de benefício do RGPS.

Lindbergh ressaltou ainda que a matéria deverá ser amplamente discutida na CAE para adequá-la às estimativas de recursos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e às dotações da Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme exige a Lei de Responsabilidade Fiscal para proposições que resultem em renúncia de receita.

— Vou me reservar para discutir na Comissão de Assuntos Econômicos. Mas acho inclusive que, no debate econômico, vamos ter que ressaltar outra discussão: esse é um projeto que pode ter um impacto, não só social, mas do ponto de vista econômico, em relação a políticas anticíclicas, ponto importante no debate da crise econômica internacional.

## Consumidor com acesso a seus dados, de graça e pela internet

O consumidor poderá ter acesso gratuito, pela internet, a informações a seu respeito contidas em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo.

É o que determina projeto de lei do Senado (PLS 470/11) apresentado por Paulo Bauer (PSDB-SC) e aprovado ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A decisão terminativa caberá à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Por meio de modificação no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), o projeto permite que o acesso a essas informações, já previsto no código, possa também ser feito gratuitamente e pela internet.

Inclui-se um parágrafo ao artigo 43 do CDC, por meio do qual se assegura o acesso gratuito.

— A lei já determina que qualquer pessoa tenha direito de saber como está sua ficha cadastral, mas só por meio de consulta presencial ou por carta escrita. Esses são procedimentos do passado, já são jurássicos quando a internet está presente em todas as partes. A preocupação do projeto é com o cidadão — disse Bauer.

No seu voto favorável, o relator, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), observou que, se por um lado é necessário proteger o crédito, por outro também é preciso proteger o consumidor contra eventuais abusos.

— A proposição em análise apenas estabelece que o consumidor tenha direito a, gratuitamente, obter informações a respeito de si próprio por meio da internet — afirmou o senador.

## Eficiência energética para indústria nacional

Durante a reunião da CCT, que foi presidida por Ângela Portela (PT-RR), também se aprovou parecer favorável ao PLS 430/11, de autoria de Ana Amélia (PP-RS), que estabelece prioridade à indústria nacional nos investimentos em eficiência energética previstos na Lei 9.991/00. Por meio dessa lei, foram disciplinados os investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética pelas empresas do setor elétrico.

Em seu voto favorável, o relator da matéria, senador Anibal Diniz (PT-AC), observa que a autora percebeu uma real oportunidade de estimular a inovação na indústria brasileira, preservar empregos e gerar renda no país.

— O processo de globalização tem induzido os países, inclusive o Brasil, a reduzirem barreiras ao livre trânsito de produtos entre nações. Entretanto, algumas políticas de proteção e priorização da indústria nacional precisam ser mantidas, sob pena de exportarmos empregos e entrarmos num processo de desindustrialização.

O projeto será examinado, terminativamente, pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). A CCT aprovou ainda, em decisão terminativa, 31 projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio.



O presidente da Comissão de Agricultura, Acir Gurgacz, quer esclarecimentos do diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, Jorge Fraxe, sobre recuperação da rodovia

# Dnit deve explicar falta de condições da BR-364

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) debaterá a situação do escoamento da produção agropecuária pela rodovia BR-364. A sugestão partiu de Acir Gurgacz (PDT-RO), presidente da comissão.

O senador quer esclarecimentos do diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Jorge Fraxe, sobre a precariedade da estrada, agravada pela construção de hidrelétricas em Rondônia.

Gurgacz prevê o aumento dos problemas na BR-364 com a chegada a Porto Velho de equipamentos para as usinas de Jirau e Santo Antônio e, ao mesmo tempo, com o começo da safra agrícola, que aumentará o tráfego de caminhões na rodovia.

Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que tem cobrado do governo federal os reparos necessários na BR-364. Blairo Maggi (PR-MT) lamentou que problemas de infraestrutura façam a agricultura brasileira perder competitividade. Os senadores que debateram o tema atribuíram parte dos problemas no Dnit à troca de



Acir Gurgacz (E) e Valdir Raupp: preocupação com impacto do transporte de equipamento pesado para usinas de Jirau e Santo Antônio

Lin de Paulo/Senado Federal

comando no Ministério dos Transportes ocorrida em 2011.

A comissão decidiu ainda que realizará audiência pública na feira Expodireto Cotrijal sobre o seguro agrícola. A sugestão foi de Ana Amélia (PP-RS), que destacou as perdas da agricultura gaúcha com a seca prolongada e criticou os limites dos atuais seguros. A seu ver, eles só protegem os bancos. A Expodireto Cotrijal ocorrerá em março, em Não-Me-Toque (RS).

Foram aprovados também, conforme proposta do presidente da CRA: seminário na cidade de Cacoal (RO) destinado à discussão de políticas governamentais para produção e comercialização de café;

audiência pública sobre a Rede Brasil Rural com a presença de representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário; e audiência sobre demarcação de reservas indígenas.

Sérgio Souza (PMDB-PR), Ana Amélia e Blairo Maggi apoiaram Waldemir Moka (PMDB-MS), que cobrou posição firme da CRA diante dos problemas enfrentados pelos brasiguaios, agricultores brasileiros estabelecidos no Paraguai. Gurgacz propôs que o tema seja tratado com o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, em audiência conjunta da CRA com a Comissão de Relações Exteriores (CRE).

## Comissões debaterão “epidemia” de acidentes de motos

Duas comissões — a de Assuntos Sociais (CAS) e a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) — vão realizar em conjunto audiência pública para discutir “a epidemia de acidentes com motocicletas”, conforme definiu a autora do requerimento, Ana Amélia (PP-RS).

— Esse é um problema muito grave que está matando mais do que muitas doenças — disse a senadora, acrescentando que desde 1996 houve aumento de 1.298% no número de acidentes com motos.

De acordo com a parlamentar, os maiores números

de acidentes em relação ao número de motocicletas em circulação estão nas regiões Norte e Nordeste. Ela disse que a capital campeã é Boa Vista — e não, como se pensa, São Paulo.

Para discutir o assunto, a senadora sugeriu que sejam convidados representantes da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego, da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo), da seguradora Líder (responsável pela administração do DPVAT) e dos

sindicatos gaúcho e paulista dos Trabalhadores Motociclistas Profissionais.

Por sugestão de Paulo Davim (PV-RN), participará do debate representante da Sociedade Brasileira de Terapia Intensiva. O parlamentar disse que os hospitais recebem muitos acidentados e podem apresentar sua visão do problema.

Num único fim de semana, informou Davim, o Hospital de Trauma de Natal atende a mais de cem acidentados de moto, dos quais grande parte sofre traumas crânio-encefálicos e passa por amputações.

## Falta lei que proteja motociclistas e pedestres, diz Davim

Paulo Davim (PV-RN) pediu que seus colegas debatam a elevação do número de acidentes e mortes envolvendo motociclistas em todo o país.

Em sua opinião, o Brasil enfrenta uma epidemia, um problema de saúde pública, que mata jovens e lota enfermarias de pessoas com traumatismo craniano, membros amputados e outros ferimentos graves.



Para Davim, Senado deve discutir acidentes envolvendo motociclistas

Waldemir Barreto/Senado Federal

Segundo o Ministério da Saúde, em 2010 houve 40.610 mortes por acidentes com transportes terrestres no Brasil, sendo 25% deles envolvendo motocicletas (10.152

mortes). É o triplo dos ocorridos em 2002 (3.744 mortes).

No Brasil, os acidentes com motos foram responsáveis por 165 mil indenizações, conforme dados do DPVAT (o seguro de danos causados por veículos). O número representa 65% de todas as indenizações.

— O Senado precisa discutir, posicionar-se. Precisamos de uma legislação que proteja o motoqueiro, o piloto da moto, mas também os pedestres e os motoristas de veículos que não sejam as motocicletas.

## Marta avalia que concessão é diferente de privatização

Marta Suplicy (PT-SP) comemorou ontem o fato de o governo ter conseguido R\$ 24,5 bilhões com o leilão de três aeroportos na segunda-feira.



aconteceu no governo do PSDB, com transferência de patrimônio para a iniciativa privada. O modelo atual, disse ela, é de concessão, contrato com tempo

Segundo a senadora, o ágio foi de quase 350% em relação aos valores mínimos.

Ela lamentou que “vários setores da direita” tenham dito que “o PT fez privatização, vendendo patrimônio público”. Segundo a senadora, privatização é o que

determinado e a União recebendo parcela do lucro. Marta afirmou que a Infraero terá 49% do capital social, participando do direcionamento dos serviços, e a Anac poderá intervir, continuando o setor estratégico sob comando estatal.

## Raupp sugere que recursos do leilão se destinem a rodovias

Valdir Raupp (PMDB-RO) sugeriu à presidente Dilma Rousseff que parte dos recursos que o governo arrecadou com a concessão dos aeroportos de Campinas (SP), Guarulhos (SP) e Brasília seja destinada a recuperação, melhoria e ampliação das rodovias nacionais.

Para Raupp, o Brasil ainda é “um país de rodovias”, mas necessita com urgência de uma “revolução no transporte rodoviário”. Ele disse que

grande parte das estradas tem “qualidade precária” e que os investimentos no setor são tímidos frente às necessidades do país.

O senador sugere que metade do ganho com a concessão dos aeroportos — R\$ 12 bilhões — seja investida nas estradas brasileiras em 2012, permitindo a duplicação de 4.000 quilômetros. Em 2009, informou, mais de 37 mil pessoas morreram em acidentes de tráfego.

## Leilão não causou desconforto no PT, afirma Lindbergh

Lindbergh Farias (PT-RJ) garantiu ontem não haver desconforto no PT pelo fato de o governo da presidente da República, Dilma Rousseff, ter



determinado, mas sim todo o patrimônio foi vendido à iniciativa privada, enquanto neste caso a Infraero mantém 49% das ações.

— Queremos um promovido a concessão de três aeroportos brasileiros à iniciativa privada. Segundo disse, é necessário diferenciar o processo capitaneado pelo governo PSDB, na década de 90, e o atual. Na privatização das teles, não houve concessão por um prazo

papel de estado indutor, não que assuma todas as tarefas — disse.

Lindbergh ressaltou que, além dos R\$ 24 bilhões pela concessão dos aeroportos, foram garantidos outros R\$ 16 bilhões em investimentos dos consórcios vencedores.

## Vital do Rêgo critica governo da Paraíba por fechamento de escolas



Moneira Mariz/Senado Federal

Vital do Rêgo (PMDB-PB) criticou a decisão do governo da Paraíba de fechar 189 escolas públicas e extinguir algumas séries dos Ensinos Fundamental e Médio. Para ele, a medida foi tomada de forma “despótica” e sem consulta à população. Em Cabedelo, por exemplo, foi fechada a tradicional Escola Imaculada Conceição de Ensino Fundamental, de 1954.

## Cícero defende oferta do ensino fundamental em período integral



Waldemir Barreto/Senado Federal

Cícero Luceña (PSDB-PB) defendeu ontem a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 94/03) de Demóstenes Torres (DEM-GO) que torna obrigatório o ensino fundamental em período integral nas escolas públicas. A matéria já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, estando pronta para ser votada em primeiro turno no Plenário.